



ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE

Autores:

Paloma de Oliveira Silva - UFF - pos10@hotmail.com

Érica Tavares - UFF - ericatavs@hotmail.com

Resumo:

O envelhecimento populacional é um processo multifatorial, que deve ser compreendido na sua relação com diversos fatores internos e externos aos sujeitos. As dimensões históricas e teórico-conceituais sobre o envelhecimento fundamentam-se, sobretudo, no processo de transição demográfica, que levou a uma mudança na composição social da população. Além disso, também há um impacto considerável sobre a cidade e a distribuição da população no espaço. Este trabalho busca trazer elementos para pensar as estratégias de reprodução social entre os idosos considerando o nível de dependência física e econômica, o papel da família e do estado, assim como as desigualdades sociais na cidade. O objetivo é analisar o processo de envelhecimento populacional no interior do Estado do Rio de Janeiro, especialmente no município de Campos dos Goytacazes. A metodologia utilizada considerou a análise secundária de dados, a partir de informações dos Censos Demográficos do IBGE. Sendo assim, é importante questionar como as cidades são reorganizadas para um novo perfil populacional, principalmente diante das desigualdades sociais e econômicas das famílias que ocupam diferentes espaços da cidade no que se refere à distribuição dos recursos e equipamentos urbanos.



ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE

RESUMO

O envelhecimento populacional é um processo multifatorial, que deve ser compreendido na sua relação com diversos fatores internos e externos aos sujeitos. As dimensões históricas e teórico-conceituais sobre o envelhecimento fundamentam-se, sobretudo, no processo de transição demográfica, que levou a uma mudança na composição social da população. Além disso, também há um impacto considerável sobre a cidade e a distribuição da população no espaço. Este trabalho busca trazer elementos para pensar as estratégias de reprodução social entre os idosos considerando o nível de dependência física e econômica, o papel da família e do estado, assim como as desigualdades sociais na cidade. O objetivo é analisar o processo de envelhecimento populacional no interior do Estado do Rio de Janeiro, especialmente no município de Campos dos Goytacazes. A metodologia utilizada considerou a análise secundária de dados, a partir de informações dos Censos Demográficos do IBGE. Sendo assim, é importante questionar como as cidades são reorganizadas para um novo perfil populacional, principalmente diante das desigualdades sociais e econômicas das famílias que ocupam diferentes espaços da cidade no que se refere à distribuição dos recursos e equipamentos urbanos.

Palavras-chave: Envelhecimento, Reprodução social, Desigualdades.

INTRODUÇÃO

Com o crescimento do número de pessoas idosas no Brasil, torna-se importante analisar as transformações ocorridas na sociedade relacionadas a esse fenômeno, que advém de mudanças no mercado de trabalho, avanço da medicina, dinâmica das famílias e o processo de envelhecimento e longevidade, entendido como um fenômeno multifatorial.

O presente trabalho propõe-se a contribuir para os estudos sobre envelhecimento e cidade, trazendo uma reflexão sobre qual cidade precisamos pensar e construir para um futuro em que cada vez mais fazemos parte de uma população envelhecida. De certa forma, esse debate já tem sido colocado em grandes cidades e metrópoles, sendo preciso trazer o olhar também para espaços não-metropolitanos, diante do aumento da população em áreas urbanas também no interior. Partimos do pressuposto de que os sujeitos se apropriam do espaço de formas diferentes, e a localização espacial diferenciada influencia as condições de



acesso aos recursos e equipamentos urbanos. Nesse sentido, o objetivo é analisar o processo de envelhecimento populacional no interior do Estado do Rio de Janeiro, especialmente no município de Campos dos Goytacazes, considerando o espaço intraurbano.

O trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que visa identificar as estratégias de reprodução social das famílias com idosos presentes em diferentes áreas da cidade, entendendo que a dependência ou independência dos idosos pode ser analisada sob diferentes dimensões, como as de caráter econômico, ou mesmo através da capacidade de realizar tarefas e cuidar de si próprio. Para isso, consideramos importante tratar sobre as dimensões ligadas às desigualdades urbanas e ao envelhecimento, que serão consideradas na cidade de Campos/RJ.

Desse modo, buscamos problematizar, na seção 1, a questão da transição demográfica no Brasil como um dos pilares para o estudo do envelhecimento populacional, mas não só, visto que este está relacionado a mudanças sociais e econômicas. Na seção 2, são trazidos elementos para pensar as estratégias de reprodução social entre os idosos considerando o nível de dependência física e econômica na esfera da família, mas também ressaltando o papel do estado e das políticas públicas na cidade, visto que com as mudanças na composição social das famílias, pressupõe-se diferentes estratégias para lidar com estas questões.

Na seção 3, analisamos o processo de envelhecimento em Campos dos Goytacazes, a maior cidade do Norte Fluminense, e que apresenta uma proporção de pessoas com mais de 65 anos maior que o total da região, sendo importante analisar este fenômeno em suas múltiplas determinações. E por fim, na seção 4, buscamos problematizar as desigualdades sociais e espaciais e o processo de envelhecimento na cidade buscando trazer um olhar mais crítico quanto a questão do acesso aos recursos e equipamentos na cidade e o papel do estado nas intervenções no espaço urbano.

Para essa parte da pesquisa, a metodologia utilizada partiu de levantamento bibliográfico e análise secundária de dados do IBGE, a fim de traçar o estágio do processo de envelhecimento no município e região e a identificação das áreas com maior participação de idosos.

1 ORIGENS DA RELAÇÃO ENTRE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E CIDADE: TRANSIÇÃO URBANA E TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

As condições de vida e sobrevivência na atualidade passam em grande medida pelo acesso às oportunidades existentes no espaço urbano, já que grande parte da população vive em áreas urbanizadas. Assim como é tão importante, no campo dos estudos urbanos e regionais, considerar as mudanças no desenvolvimento regional, na estrutura produtiva, no



mercado de trabalho, no mercado imobiliário, esse trabalho também considera que a localização da população e seu comportamento demográfico, também remetem a dimensões sociais, econômicas e mesmo culturais fundamentais para a compreensão da dinâmica da cidade. Em países como o Brasil, com uma urbanização mais tardia, porém extremamente acelerada, a transição demográfica que acompanhou esse processo é de grande importância para elucidar alguns aspectos da própria constituição do urbano. Sendo assim, problemas relacionados à moradia, mercado de trabalho, mobilidade, violência, acesso à saúde e educação estão estreitamente relacionados à demografia – ao volume populacional, à densidade, ao comportamento reprodutivo, à formação de famílias, à estrutura etária – e ao consequente processo de envelhecimento populacional (SILVA, 2012).

Não se pode ignorar que, com maior ou menor autonomia, a população também tem suas escolhas, mesmo com todos os determinantes sociais, políticos e econômicos – estes últimos entre os mais ressaltados, são os próprios indivíduos e famílias que decidem seu comportamento reprodutivo, quantos filhos pretende ter, os arranjos familiares, os locais de moradia e de trabalho, a forma e o lugar de sua sobrevivência, a maneira como vive ou suporta viver. Na verdade, as escolhas refletem as estratégias individuais e coletivas adotadas, uma vez que todos estes aspectos estão estreitamente relacionados às condições socioeconômicas e espaciais às quais esta população foi submetida.

Segundo SILVA (2012), simultaneamente, o urbano também influenciou a demografia, pois contribui para explicar a própria dinâmica da população, uma vez que as relações políticas, econômicas, sociais e culturais próprias dessa espacialidade também modificam o modo de vida e as condições de reprodução social das pessoas. Portanto, há uma relação de autoinfluência entre a dinâmica da população e as mudanças no espaço urbano.

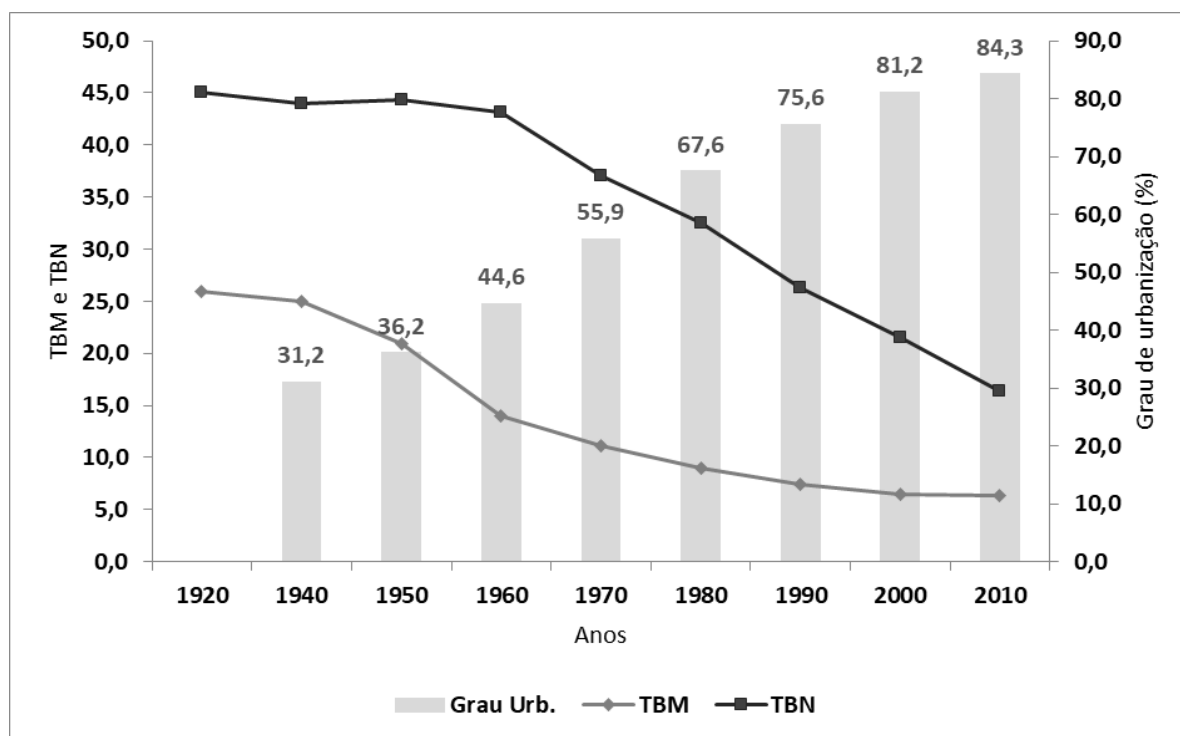
Quando pensamos sobre a cidade, pensamos sempre em um espaço com características próprias – áreas de lazer, moradia, serviços, consumo, produção, etc. A dimensão espacial sempre é a primeira a se apresentar. Mas a cidade é muito mais que isso. A cidade envolve práticas cotidianas, sistema de valores e percepções, mobilidade, proximidades e distanciamentos físicos, mas também sociais, entre outros aspectos. Para Lefebvre (2001), a cidade é uma obra coletiva, espaço socialmente produzido e reproduzido, e que deve ser socialmente usufruído, lugar do encontro e das trocas no cotidiano. “As pessoas nascem, vivem, morrem, vivem bem ou mal. E é no cotidiano que ganham ou deixam de ganhar a sua vida, não sobreviver, sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente” (LEFEBVRE, 1991, p. 27). Portanto, a cidade deve ser pensada como o lugar para todos os grupos populacionais.

Ainda no século XVIII, a maior parte da população mundial vivia em áreas rurais e as taxas de natalidade e mortalidade eram muito elevadas. Com a Revolução Industrial, o surgimento de máquinas e equipamentos, a utilização da energia, os avanços do desenvolvimento científico e tecnológico permitiram a formação de uma sociedade urbana industrial. Num primeiro momento, muitas cidades experimentaram um crescimento

desordenado não acompanhado por ganhos nas condições de vida, mas com os avanços na ciência e na produtividade, a melhoria das técnicas agrícolas e a evolução nos tratamentos de saúde e no saneamento básico, foi possível uma posterior melhoria das condições de vida nas cidades, levando à redução da mortalidade, por exemplo. Alves (2010) critica algumas abordagens que identificam a *transição urbana* como a simples passagem de uma sociedade tradicional (ou feudal) para a sociedade moderna (ou urbana e industrial), sendo a transição urbana a causa principal da *transição demográfica*. Concordamos com este autor ao afirmar que “as duas *transições* se autoinfluenciam e se reforçam, convivendo no mesmo espaço e tempo” (ALVES, 2010), não é uma correspondência simples de causa e efeito, essas dimensões se interpenetram numa relação dialógica. Portanto, uma pressão demográfica nas cidades permitiu a transição urbana e esta, por sua vez, contribuiu para a transição demográfica.

Em linhas gerais, a transição demográfica abrange alguns momentos. Primeiramente, a taxa de mortalidade diminui e a taxa de natalidade continua alta, levando a um rápido crescimento populacional. Posteriormente, a taxa de natalidade começa a declinar, restringindo o ritmo de crescimento da população, por fim, a existência de baixas taxas de mortalidade e natalidade resulta em lento crescimento demográfico (ALVES, 2002, p.28), conforme se observa no gráfico 1.

Gráfico 1 – Grau de urbanização, taxas brutas de mortalidade e de natalidade no Brasil



Elaboração própria. Fonte das TBM (Taxas Brutas de Mortalidade) e TBN (Taxas Brutas de Natalidade): Para 1920 a 1950: Merrick e Graham (1981, p.5). Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol14_n1e2_1997/vol14_n1e2_1997_3artigo_51_71.p_df Para os demais: http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/panel_population.htm



As regiões mais avançadas economicamente iniciaram esse processo mais cedo, por volta de fins do século XVIII. Portanto, a conquista da redução da mortalidade não se deu de forma igual em todos os países, mas foi no século XX que quase todo o mundo atingiu esse processo. As transformações econômicas, políticas e culturais características das novas áreas urbanas e advindas com a modernização se evidenciaram também no ambiente familiar. A família numerosa vai se tornando algo cada vez mais difícil, uma vez que a mobilidade espacial e social dos casais aumenta, ocorre uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e as dificuldades e custos no meio urbano são maiores. Com o posterior declínio da fecundidade, surge um novo padrão demográfico. São essas mudanças que constituem, em linhas gerais, a *primeira transição demográfica*. Claro que essa sequência entre modernização, mudanças comportamentais e dinâmica demográfica não se deu da mesma forma e temporalidade nas distintas sociedades.

Outro conjunto de mudanças relacionadas especialmente a novos arranjos familiares passa a ser considerado como a *segunda transição demográfica*. Como indicado por Alves (2002), há várias características dessa segunda transição: declínio acentuado do número médio de filhos; aumento da idade média da primeira união e mesmo redução das taxas de nupcialidade; aumento também da idade média da mulher à primeira gravidez; crescimento do número de divórcios, separações e filhos fora do casamento – contribuindo para uma maior diversificação dos arranjos familiares; crescimento da coabitação; aumento de casais vivendo em casas distintas; ampla utilização de métodos eficientes de contracepção aliada a maior escolaridade e participação feminina no mercado de trabalho (ALVES, 2002, p.39).

Alguns autores chegam a colocar a ocorrência de uma *terceira transição demográfica*, caracterizada por níveis baixíssimos de fecundidade com famílias que não optam pela procriação e adotam a fecundidade zero, trazendo assim uma transformação social e econômica em níveis jamais vistos anteriormente. (SOUZA; MELO, 2017). O casal DINC¹ é um exemplo de arranjo familiar que dá mais valor para a autossatisfação e para a realização dos desejos presentes de consumo e lazer, do que para a satisfação futura de novas gerações, ou seja, não há a perspectiva de ter filhos. A este quadro, soma-se também a elevada imigração internacional (BARROS, ALVES e CAVENAGHI, 2008, p.8).

Complementarmente a essa reflexão, a teoria da transição urbana aborda a predominância da população urbana em determinado espaço, com enfoques diferenciados conforme a sociedade que se esteja considerando². Em linhas gerais, pode-se apontar que a transição urbana teria duas fases, uma *primeira transição urbana* seria o momento em que a população urbana supera a população rural e o grau de urbanização se eleva

¹ “Duplo Ingresso, Nenhuma Criança”. No inglês se usa DINC = Double Income, No Children, ou DINK = Dual Income, No Kids. Os autores se baseiam em texto de COLEMAN, David. Immigration and Ethnic change in Low-fertility Countries: A Third Demographic Transition. PDR: 32 (3), Washington, 2006.

² Torres, Alves e Oliveira, 2007; UNFPA, 2007; Ojima 2007, Alves, 2009; Ojima e Carvalho, 2009 apud Silva, Monte-mór, 2010.



sustentadamente. Já o que poderíamos chamar de *segunda transição urbana* é uma fase em que as tendências de crescimento populacional urbano perdem sua força para dar lugar à acomodação dessa população dentro de seu tecido urbano (OJIMA, 2006, p. 3 apud SILVA e MONTE-MÓR, 2010).

É possível colocar que, num primeiro momento, a preocupação era *o que fazer para estar na cidade*, era a conquista da cidade. Em um momento posterior, a preocupação é *como fazer para apropriar-se da cidade*, não apenas habitar nesse ambiente, mas ter acesso às oportunidades, bens e serviços que esse espaço oferece – remete as estratégias adotadas pelos distintos grupos sociais para efetivar a conquista desse espaço (SILVA, 2012). E diante de uma população mais envelhecida vivendo nas cidades, essas condições de apropriação do espaço e estratégias de reprodução social também se alteram.

Portanto, as origens do processo de envelhecimento populacional não estão apenas no aumento do número de idosos e maior longevidade, mas em toda uma mudança na composição etária da população, a partir do clássico processo de transição demográfica e da transição urbana. No caso brasileiro, com o acelerado processo de envelhecimento populacional, significa que a pirâmide etária está estreitando sua base e alargando seu topo, com uma maior proporção de pessoas idosas e menos pessoas jovens e crianças presentes nas famílias brasileiras. (SOUZA; MELO, 2017).

Dados da ONU (2017) apontam que a população de pessoas com mais de 60 anos na América Latina e Caribe está em torno de 12%, e a população de 25-59 anos somam 46%. As previsões da instituição para o crescimento do número de pessoas com 60 anos ou mais é preocupante. Segundo a instituição, em 2017, o número de pessoas no mundo com mais de 60 anos estava em torno de 962 milhões, esse quantitativo cresce a uma taxa de 3% ao ano. A Europa possui o maior número de idosos (25%), visto que o processo de envelhecimento nos países desenvolvidos já ocorre há mais de um século. A previsão para 2050 é que em todo o mundo, exceto na África, haverá $\frac{1}{4}$ ou mais da população com mais de 60 anos³. A projeção global é de 1,4 bilhões em 2030 e 2,1 bilhões em 2050.

Esse processo impactará os serviços de saúde (SUS), a Previdência Social, o mercado de trabalho e principalmente a dinâmica das famílias e sua distribuição no espaço, visto que a previsão para 2050 é a de que também teremos menos pessoas em idade de trabalhar. Essas informações estão sendo muito utilizadas nos debates que têm sido travados no Brasil em torno da Reforma da Previdência, por isso é importante ter muito cuidado.

Para além dessa discussão, este trabalho visa trazer a importância de que pensar políticas públicas para idosos não se restringe apenas a ações no campo da saúde ou da previdência, é preciso pensar na dimensão do espaço e, nesse sentido, é preciso questionar

³ Embora alguns dados mais gerais citados trabalhem com o recorte de 60 anos ou mais (conforme Estatuto do Idoso), como *proxy* do número de idosos, o presente estudo trabalha com o recorte populacional de 65 anos ou mais, pois este tem sido utilizado em diversos estudos no campo da demografia, visto que a população idosa é bem heterogênea e uma grande parte ainda está ativa. Ou seja, é uma opção a ser feita entre uma abordagem mais legal e um enfoque que considera as dimensões sócio-demográficas dessa população e suas transformações recentes. Optamos pela segunda abordagem.



em que medida as intervenções no espaço urbano, seja pelo estado ou via mercado, também precisam expressar qual cidade estamos construindo para uma sociedade cada vez mais envelhecida.

2 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL: A FAMÍLIA, O ESTADO E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE

Diante do exposto na seção anterior, vemos que houve uma transformação em toda a sociedade, que levou a uma mudança nos estratos etários, com a presença cada vez maior de idosos, o que é reflexo da forma como os sujeitos estão se relacionando nas últimas décadas, e de como as famílias estão mais envelhecidas. Portanto, a estrutura e organização das famílias mudou e, em consequência, as estratégias de reprodução social e apropriação do espaço também.

O envelhecimento deve ser compreendido como um fenômeno multifatorial, pois está relacionado a diversos fatores internos e externos ao sujeito, como aspectos genéticos, biológicos, psíquicos, ambientais, econômicos e sociais. Envelhecer não implica necessariamente no surgimento de uma doença, mas não se pode desconsiderar que envelhecer faz parte de uma “deterioração geneticamente programada” que ocorre no interior das células, concebendo-se também que o processo saúde/doença possa ser determinado socialmente. (DOS SANTOS, et al p.4).

Nessa linha de raciocínio, o que parece fazer toda a diferença quando se pensa em planejar os cuidados necessários à população idosa é a situação de saúde do indivíduo quando chega à idade de 60 ou 65 anos de idade. Em uma sociedade na qual o trabalho é estressante, na qual a maioria dos trabalhadores é superexplorada e os salários não chegam a suprir as mais elementares necessidades, na qual a riqueza produzida não tem uma distribuição razoável, na qual a maioria gasta muito do seu tempo diário em transportes urbanos de baixa qualidade, na qual essa mesma maioria não tem tempo para o lazer, para o cuidado dos filhos, para um descanso que recupere sua energia e sua imunologia, na qual, enfim, a qualidade de vida da maioria é precária, não se pode esperar um envelhecimento ativo e uma massa de pessoas chegando à idade dos 60 ou 65 anos em boas condições de saúde. (LUCCHESI, 2017, p.48).

As condições de vida dos novos idosos brasileiros passam por uma reflexão sobre a relação entre as diferentes esferas que concorrem para garantir os mecanismos de



reprodução social dessa população, que se dá através da família, do Estado, ou via mercado - influenciados também pela situação de (in)dependência desses idosos. Essa relação geralmente passa por aspectos ligados à inserção ou afastamento do mercado de trabalho e à participação na renda da família.

A pesquisa de Camarano (2004) estimava que em 2020 esse segmento poderia ser responsável por quase 15% da população brasileira (CAMARANO et al., 2004). Segundo os resultados da PNAD de 2015, o grupo etário correspondente às pessoas com 65 anos ou mais de idade (recorte etário que estamos utilizando nesse trabalho) correspondia a 9,87% da população brasileira total.

Os dados da pesquisa da autora trouxeram questionamentos importantes à época, como a relação entre envelhecimento e dependência. Mostraram que no período entre 1981 e 1998 houve uma redução na dependência deste segmento, porém confirmou que, com o avanço da idade, quanto mais velho mais dependente fisicamente. Segundo a pesquisa, as famílias brasileiras com idosos estavam em melhores condições econômicas que as demais, sugerindo a importância da aposentadoria do idoso na participação da renda da família, ao passo que os jovens de 15 a 24 anos apresentaram um nível alto de desemprego no mesmo período, 19,1 % em 1999 – revelando grandes dificuldades desse segmento em relação ao mercado de trabalho. O resultado da pesquisa, segundo a autora, foi que “o grau de dependência dos indivíduos idosos é, em boa parte, determinado pela provisão de rendas por parte do Estado.” (CAMARANO et al. 2004, p.70).

Para falar sobre envelhecimento, devemos considerar os diferentes tipos de idosos envolvidos na situação. Este segmento populacional é heterogêneo e reage de formas variadas à velhice. Nesse sentido, segundo uma abordagem física e econômica, os idosos podem ser divididos basicamente como dependentes e não dependentes. Na dimensão física, os idosos dependentes são aqueles que, segundo Caldas (2003, p.3), necessitam de “ajuda indispensável para a realização dos atos elementares da vida”. São aquelas atividades básicas do cotidiano, como as tarefas de autocuidado, por exemplo. Já os idosos independentes, são aqueles que não necessitam dessa ajuda para realizar os atos comuns da vida diária. Além dessa dimensão do cuidado, também há a dimensão relacionada às esferas econômica e social. Sendo assim, a dependência ou independência varia em ambos os sentidos.

Segundo Caldas (2003, p.4), a família, amigos e parentes, ou seja, a comunidade, é o primeiro suporte na vida do idoso ou da pessoa dependente e, no Brasil, ela tem sido responsabilizada pelo cuidado integral desses sujeitos sem que haja um apoio eficaz por parte do estado. Ao analisar as estratégias de reprodução social dessas famílias, intencionamos também mostrar que, embora estes idosos estejam submetidos a todo o tipo de desigualdade, eles não estão totalmente desprotegidos, visto que a família e a comunidade formam uma rede de apoio muito importante para a manutenção dos mesmos.

Há um grande número de idosos quem vivem em famílias com membros de distintas gerações no Brasil, e isso se deve ao fato deste segmento apresentar maior dependência em



relação aos aspectos físicos e, às vezes, financeiros, contribuindo assim para a formação de novos arranjos familiares e uma rede de apoio dentro da família, gerando uma troca intergeracional entre o idoso e seus familiares. Desse modo, criam-se estratégias de reprodução social através da troca e ajuda mútua entre pais, filhos e netos.

Mas essa troca nem sempre ocorre da mesma forma, dependendo das condições socioeconômicas das famílias. Tal transferência intergeracional é essencial em famílias de poder aquisitivo menor, visto que as avós ajudam com os netos, principalmente para a mãe trabalhar fora. Segundo os autores, os níveis de renda influenciam no tipo de ajuda e de troca que se estabelecerá, tendo as avós com nível de escolaridade mais baixo mais chances de cuidar dos netos menores. Além do mais, o fato de morar com a família favorece outras formas de ajuda nas demais atividades diárias do idoso. Portanto, a co-residência pode ser uma das estratégias de reprodução social das famílias com idosos presentes. (CAMARGO et al., 2011, p.7). Por outro lado, estar com os descendentes também contribui para a assistência ao idoso, quando apresenta limitações principalmente de caráter físico, e necessidade de cuidados de saúde.

Sendo assim, podemos analisar este processo levando em conta as necessidades desse segmento e de suas famílias, aí entram a análise dos “aspectos materiais” referentes à (in)dependência econômica, que incluem “os recursos financeiros, questões de moradia, transporte e acesso aos serviços de saúde”. (CALDAS, 2003, p.5).

De forma complementar à dimensão física e econômica na esfera familiar/domiciliar, com o grande número de idosos vivendo na cidade, se faz necessário pensar na relação entre a cidade e o envelhecimento, à medida que este segmento passa a acessar mais o espaço público e o ambiente construído. Por exemplo, os riscos devem ser considerados, principalmente os relacionados à violência urbana e aos acidentes. Em 2000, a morte deste segmento por causas externas foi de 2,6%, sendo mais comum entre os idosos mais novos (60-80 anos), e os acidentes de trânsito e transporte são a maioria das causas, seguida pelas quedas (CAMARANO, 2004, p.44). Segundo Vasconcellos (2012, p.180), os acidentes de trânsito constituem o problema mais grave dos transportes, são causados devido à intervenção humana no meio, muitas vezes realizada de forma desorganizada e sem o devido planejamento, gerando um “ambiente construído” que pode ser desfavorável a uma população mais envelhecida. Além da dimensão física e de circulação, é preciso pensar também nas práticas cotidianas, nas experiências vividas e nas potencialidades para o desenvolvimento de atividades no espaço público por parte dos idosos.

As condições de vida da população afetam diretamente o processo de envelhecimento. As vulnerabilidades às quais este segmento está submetido se alteram no que tange aos diferenciais de cor, raça, condição socioeconômica e localização na cidade, o que também apresenta relação com sua capacidade funcional e autonomia física e financeira. Desse modo, nota-se que, ao longo dos anos, através da implementação de políticas sociais, universalização da seguridade social e melhora nas condições de vida da população, este

segmento tem conseguido alcançar patamares mais elevados de vida, o que leva a planejar a cidade também para esse grupo populacional.

Por um lado, diante de uma maior participação dos idosos no mercado de trabalho, pois uma parcela considerável da população idosa ainda está bem ativa, com boa saúde e inserida no mercado de trabalho, deve-se pensar no acesso e acessibilidade nas ruas e no espaço público (CAMARANO, 2004, p.61). Uma grande parte dos idosos brasileiros ainda permanece no mercado de trabalho como uma forma de aumentar a renda da família. Ganha relevo, portanto, o papel do Estado como ente formulador de políticas públicas urbanas para este segmento. Além disso, em determinadas situações, a renda do idoso contribui significativamente com a renda da família.

Do que foi mencionado, pode-se concluir que, em nível micro, o grau de dependência dos indivíduos idosos é, em boa parte, determinado pela provisão de rendas por parte do Estado. Isso sugere que quando se reduz ou se aumenta os benefícios previdenciários, o Estado não está simplesmente atingindo indivíduos, mas uma fração considerável dos rendimentos de famílias inteiras. (CAMARANO, 2004, p. 70).

Por outro lado, embora tenha ocorrido melhorias em relação a períodos passados, ainda há muitas desigualdades, visto que uma boa parte dos idosos brasileiros também possui algum tipo de incapacidade funcional ou dependência e não dispõem das mesmas oportunidades para se chegar à velhice em um bom estado de saúde. (VÉRAS; FÉLIX, 2016).

Desse modo, Véras e Félix (2016, p.441) investigam qual é o “papel do ambiente construído na decisão da aposentadoria”. Os autores discutem o papel do capital imobiliário na configuração do espaço da cidade no que tange à grande concentração do solo que empurra a população mais pobre para as áreas periféricas com moradias precárias, ou em locais de risco e com má infraestrutura e acessibilidade urbana aumentando a segregação.

Com o aumento da expectativa de vida, o Estado “cobra” da população o prolongamento dos anos de trabalho através da nova proposta de Reforma da Previdência, mas não tem promovido eficaz e igualitariamente melhores condições de vida para esse grupo populacional. E com a grande concentração de idosos vivendo em áreas urbanas, se faz necessário pensar nas desigualdades socioeconômicas às quais este segmento está submetido, desigualdades essas que influenciam no local de moradia, na localização desses sujeitos na cidade, na mobilidade, no acesso aos equipamentos urbanos e acessibilidade ao transporte etc.

Portanto, seja para aqueles que ainda trabalham e contribuem economicamente na reprodução social de suas famílias circulando pela cidade, seja para aqueles que já

apresentam algumas incapacidades ou dependência física, a cidade deve estar preparada para o aumento desse grupo populacional.

Outra questão é a localização desses idosos na cidade. Segundo Santos (2016) “o solo agrícola é um instrumento de produção”, visto que pode ser cultivado e dessa forma produzir alimentos, madeira etc., já o solo urbano ultrapassa esse uso, pois “é um simples suporte passivo de meios de produção, de circulação ou de consumo”, como por exemplo uma fábrica para a produção de mercadorias ou um terreno para a construção de habitações, desse modo, o preço do solo urbano, como afirma o autor, é um “fenômeno social”, pois seu valor deriva de sua localização, para que se tenha acesso aos “equipamento urbanos”, sendo assim, os terrenos e imóveis mais pertos do centro tendem a ser mais caros, visto que estão mais próximos das escolas, hospitais, meios de transporte etc. (SANTOS, 2016, p.226).

Desse modo, a questão central segundo Vêras e Félix (2016) é: como prolongar os anos de trabalho de uma população submetida as mais diversas desigualdades presentes na cidade? O que inclui o tempo de deslocamento, as condições dos transportes públicos, a acessibilidade nas ruas e calçadas etc. Apesar de estarem analisando espaços metropolitanos, onde os tempos de deslocamento são maiores, é necessário olhar para as áreas não metropolitanas, como o interior. A hipótese dos autores é que:

[...] a degradação da vida urbana, a segregação e a exclusão, provocadas pelo predomínio dos interesses do capital imobiliário, são fatores que contribuem para a antecipação da aposentadoria formal. A situação das cidades penaliza ainda mais o usuário vulnerável do transporte coletivo e/ou o morador de menor renda. No caso do trabalhador idoso, ele é obrigado a se submeter a toda sorte de risco no espaço público sem chance de escolhas, logo, opta por livrar-se tão logo seja possível dessa condição. (VÉRAS; FÉLIX, 2016, p. 453).

Boaventura de Souza Santos (2016) argumenta que as contradições existentes no modo de produção capitalista se expressam na cidade através dos conflitos pela necessidade dos indivíduos em utilizar os meios de consumo coletivo, tais como: ensino, cultura, saúde, habitação, transportes etc. Esses meios de consumo coletivo são imprescindíveis para que os trabalhadores reproduzam sua força de trabalho e assim estejam em condições de continuarem trabalhando. Como por exemplo, o trabalhador que precisa se deslocar até o local de trabalho, ele usa, na maioria dos casos, os ônibus, trens, metrô, além do que, ele precisa habitar, estudar, se alimentar, se vestir etc.

Todos esses meios utilizáveis para a reprodução da força de trabalho são considerados “improdutivos” para o Capital, pois não geram lucros satisfatórios, visto pois devem ser mantidos baixos os custos dessa reprodução para que o trabalhador consiga arcar com seu

próprio salário, dessa forma é transferido para o Estado a responsabilidade de prover a socialização dos meios de consumo coletivo, como o transporte, assistência hospitalar etc.

Desse modo, através de observações e estudos empíricos analisamos que ainda há muito o que ser feito na cidade em relação à mobilidade, por exemplo, visto que tanto no centro, que historicamente possui melhores recursos e equipamentos urbanos (VILLAÇA, 2012) quanto na periferia, há ruas esburacadas, calçadas estreitas e desniveladas, postes no meio das calçadas, que dificultam o caminhar de todos principalmente do grupo que possui mobilidade reduzida: gestantes, lactantes, pessoa com deficiência e idosos (que é o grupo que aqui nos interessa relatar).

Sendo assim, é importante que os processos de reorganização do território urbano contemplem uma nova composição populacional, com mais pessoas adultas e idosas. Para analisarmos essas diferentes estratégias de reprodução, onde a mobilidade é fundamental, devemos levar em conta todas essas questões sociais, econômicas, culturais e espaciais que abrangem o processo do envelhecimento, este que requer cuidados especiais de promoção do bem-estar e prevenção de agravos, e não só o tratamento curativo pelo viés saúde/doença, como vem ocorrendo no Brasil, segundo Caldas (2003).

3 O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

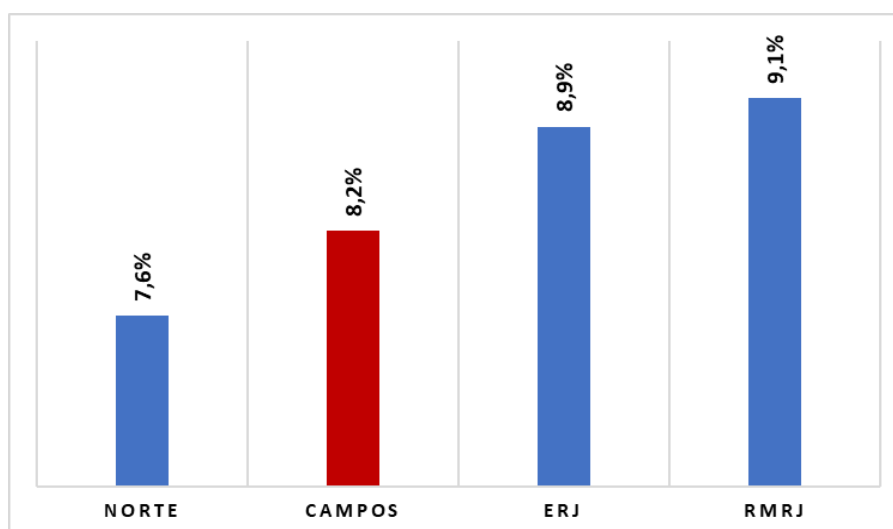
O processo de envelhecimento populacional no Brasil teve início principalmente nas áreas metropolitanas e espaços mais urbanizados. Apesar de ter áreas pioneiras, como na metrópole fluminense, o envelhecimento atualmente é uma realidade em todo o país, mas os diferenciais segundo o espaço ainda são significativos. É nesse sentido que esse trabalho também se coloca, visando trazer o olhar sobre as novas dinâmicas do envelhecimento para espaços não-metropolitanos, como no interior do Estado. Essa abordagem é importante porque, para além da questão previdenciária, boa parte das políticas públicas ligadas à população idosa também devem se dar no âmbito do espaço urbano-regional, em escalas mais reduzidas, como na cidade.

Diante de um número de idosos que cresceu sem políticas públicas compatíveis que os acompanhassem (para garantir condições de acesso aos serviços a esses sujeitos), e num contexto em que muitas vezes essa população é encarada como problema e seu aumento usado como argumento para ações e políticas, como a da reforma da previdência, é preciso problematizar o processo do envelhecimento na perspectiva de acesso aos direitos para todos, independentemente da idade. O processo de envelhecimento pode apresentar dificuldades, que se agravam com as desigualdades sociais e regionais existentes, especialmente na cidade de Campos dos Goytacazes, interior do Estado do Rio de Janeiro.

Neste município, a maior parte dos trabalhadores está inserida no setor de serviços e comércio, que por sua vez não exige mão de obra com qualificação formal. Em relação às condições socioeconômicas, nota-se que 28% dos domicílios estão na faixa de rendimento domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em seguida temos a faixa de rendimento de $\frac{1}{2}$ até um salário mínimo que abrange 31,7% dos domicílios e a faixa de 1 a 2 salários mínimos que abarca 21,3% dos domicílios (IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO, 2010). Apesar de Campos ser uma cidade que foi beneficiada pela dinâmica da indústria petrolífera nas últimas décadas e pelo recebimento dos royalties do petróleo, o crescimento econômico não trouxe de fato o desenvolvimento social esperado.

Ao considerar como população idosa as pessoas com 65 anos ou mais (gráfico 1), observa-se que a proporção de idosos em Campos (8,2%), embora seja um pouco menor do que na metrópole do Rio Janeiro e no Estado como um todo, 8,9% e 9,1%, respectivamente, é maior do que a participação em todos os municípios da Região Norte Fluminense (7,6%). O Brasil também apresentava um percentual de 7,6% de idosos no mesmo ano.

Gráfico 1 - Proporção de idosos em Campos – 2010



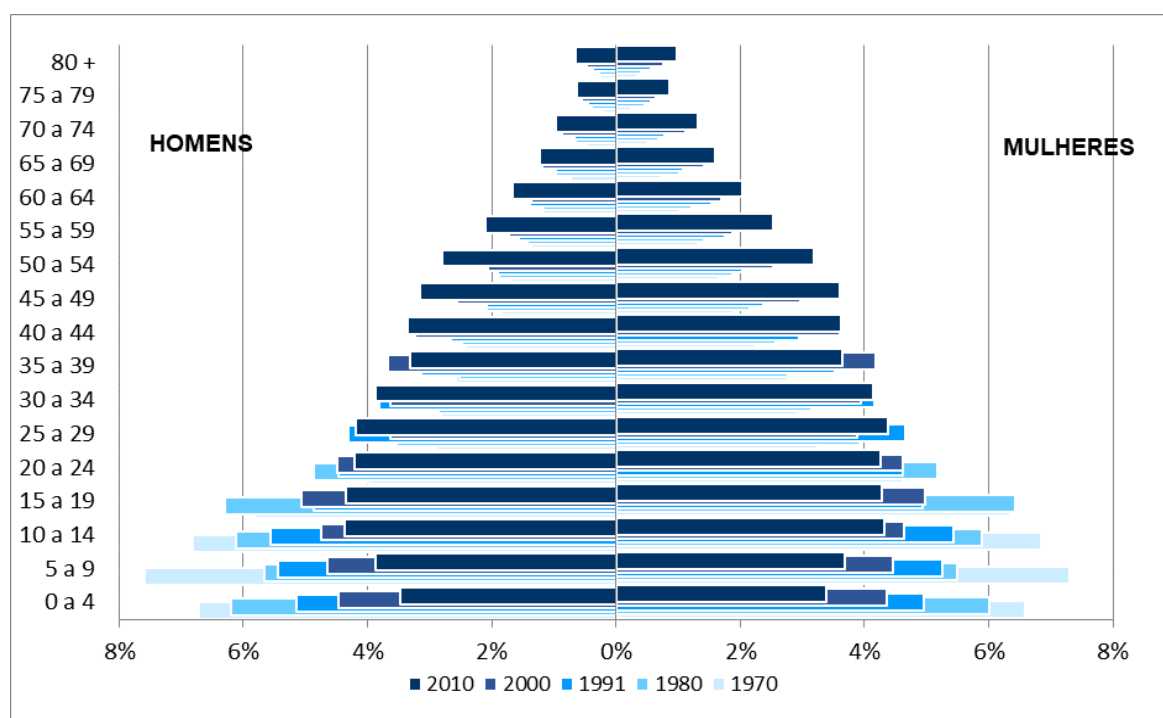
Fonte: Microdados dos Censos Demográficos do IBGE

Segundo o Censo do IBGE (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010) o município de Campos dos Goytacazes possui cerca de 463 mil habitantes, entre eles mais de 38 mil possui mais de 65 anos. Desse número a maioria é de mulheres, evidenciando assim que o envelhecimento também apresenta uma questão de gênero.

No gráfico 2 vemos que houve uma mudança na composição social da população entre 1970 e 2010. Nota-se que nos anos 1970 a 1980, a base da pirâmide ainda era bastante larga, representando a participação das crianças, enquanto o topo, representado pelos idosos, era bem estreito. Ao longo das últimas décadas, essa estrutura tem se alterado

significativamente. Em 2010, em que pese a forma ainda piramidal, já observamos uma base mais estreita, e um topo aumentado, enquanto o meio da pirâmide (que representa os jovens e adultos) está mais robusto. Um dos fatores primordiais para toda essa mudança, como visto, é que as mulheres estão tendo menos filhos e/ou retardando a natalidade em consequência de mudanças culturais significativas, sobretudo a inserção no sistema de ensino e no mercado de trabalho, mas também devido ao avanço da medicina, que fez com que houvesse um número maior de pessoas envelhecidas (+ 65 anos) na cidade e menos jovens e crianças, entre outros aspectos.

Gráfico 2 - Pirâmides etárias de Campos dos Goytacazes/RJ – 1970 a 2010

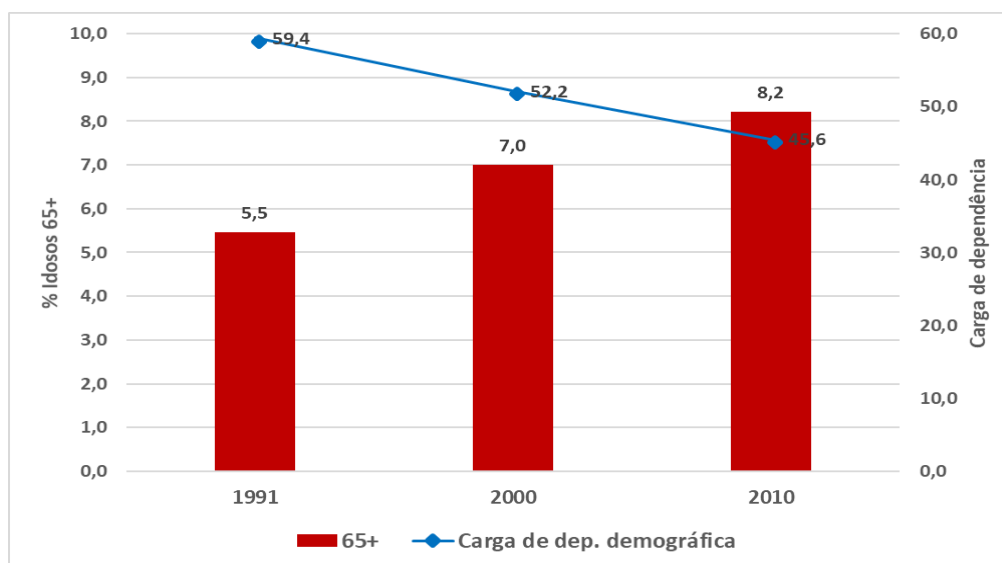


Fonte: Microdados dos Censos Demográficos do IBGE

Segundo Januzzi (2017), a carga de dependência demográfica é a relação entre o número de crianças e idosos (população de 0 a 14 anos e de 65 anos ou mais) sobre a população em idade ativa (jovens de 15 a 24 anos e adultos de 25 a 64 anos). Resume a estrutura etária da população, e busca se “aproximar” da parcela inativa “sustentada” pela ativa. No município de Campos, observa-se, conforme o gráfico 3, que enquanto a proporção de idosos aumenta, a carga de dependência diminui, o que dá uma ideia das mudanças intergeracionais que estão ocorrendo na sociedade.

Dessa forma, na sequência dessa pesquisa, através de estudos qualitativos em profundidade, buscaremos discutir como os diferentes grupos (idosos dependentes e não dependentes) presentes no mesmo segmento populacional afetam a dinâmica das famílias no que tange as estratégias de reprodução social.

Gráfico 3 - Carga de dependência e proporção de idosos em Campos – 1991 a 2010



Fonte: Microdados dos Censos Demográficos do IBGE.

Nota: A proporção de idosos é a participação da população de 65 anos ou mais sobre a população total.

Esse questionamento sobre as estratégias de reprodução social das famílias com idosos presentes se torna bastante pertinente na cidade, uma vez que esse é o grupo populacional que mais cresce. Segundo as informações da tabela 1, de 1991 a 2000, a população idosa cresceu 3,3% ao ano em Campos, já de 2000 a 2010, esse crescimento foi de 2,95% a.a. – o maior entre todos os grupos etários, enquanto o município de Campos cresce 1,31% a.a. Isso significa que, embora a população de idosos ainda não seja o maior grupo no recorte populacional apresentado, seu ritmo de crescimento tem sido bastante intenso.

Tabela 1 - População e taxa de crescimento populacional por grupos etários em Campos – 1991 a 2010

Grupos Etários	População			Tx. de Cresc. (% a.a.)	
	1991	2000	2010	TC 91/00	TC 00/10
0-14	123.764	111.149	107.071	-1,19	-0,37
15-24	73.530	77.932	79.236	0,65	0,17
25-64	170.541	189.590	239.307	1,18	2,36
65+	21.274	28.497	38.116	3,30	2,95
Total	389.109	407.168	463.730	0,51	1,31

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos do IBGE.



A cidade de Campos apresenta políticas públicas para a população idosa através de serviços de saúde muito fragmentados voltados para este segmento, e a gratuidade no transporte público. Entretanto, entendemos que ser idoso no espaço urbano não se limita apenas a essas questões, a mobilidade e a acessibilidade também são condições essenciais para o idoso acessar outros direitos, como os equipamentos e recursos urbanos, por exemplo.

4 DESIGUALDADES SOCIAIS E ESPACIAIS E O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO NA CIDADE

A intervenção do Estado na área do envelhecimento no Brasil se deu sem uma política de planejamento da velhice, onde os atuais sujeitos envelhecidos já vêm com suas trajetórias de vida marcadas por uma imensa desigualdade socioeconômica em diversas áreas. Estas áreas foram planejadas pelo Estado visando o desenvolvimento capitalista, que aprofundou a diferença entre pobres e ricos. Em tais áreas, como a saúde, habitação, o ensino precário e a desregulamentação do trabalho, houve o predomínio de interesses privados, através de grupos que disputam o poder no interior do Estado. Tudo isso faz com que essa fase da vida seja também desigual e às vezes muito sofrida para idosos em determinados contextos sociais.

Nessa linha, esse trabalho apresenta uma preocupação com a questão do idoso, prioritariamente aqueles que se encontram nos segmentos mais empobrecidos da sociedade, onde estão expostos a distribuição desigual dos recursos urbanos.

O Brasil está entre os países com graus mais elevados de desigualdade social. Estudo utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicou que a capacidade funcional dos idosos é fortemente influenciada pela situação socioeconômica. É provável que os indivíduos que residam em áreas com melhores condições socioeconômicas apresentem maior acesso aos bens e serviços médicos e, conseqüentemente, sejam capazes de manter uma boa saúde e capacidade funcional ao longo do tempo. Contudo, não existem no Brasil estudos que investiguem as relações entre as desigualdades socioeconômicas das unidades da federação (estados e Distrito Federal), importantes espaços geográficos de aplicação das políticas públicas, e incapacidade funcional dos idosos (ALVES; LEITE; MACHADO, 2010).

Segundo os estudos aqui expostos sobre a transição urbana e a transição demográfica, podemos dizer que a velhice nasceu na cidade, visto que foram as melhores condições de vida alcançadas na cidade e as subseqüentes e profundas mudanças culturais que permitiram



acrescentar anos de vida à população e torná-la mais envelhecida. Entretanto, se faz necessário pensar se as políticas públicas no espaço urbano no âmbito da cidade permitiram a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em relação ao prolongamento dos anos de vida.

As cidades modernas foram constituídas para serem funcionais, para atenderem a demanda do sistema capitalista, portanto elas já nascem desiguais e ao longo do tempo vão conformando essa desigualdade no espaço.

Sposito (2001) traz grandes contribuições sobre a formação das cidades ao longo dos séculos, o que nos ajuda a entender sua espacialização geográfica e social, além de questões complexas como a desigualdade e a segregação, entre outros fenômenos. A autora argumenta que o surgimento das cidades e sua conseqüente urbanização são reflexos do avanço do sistema capitalista e sua inserção e crescimento em todo o mundo contribuiu para este processo de urbanização, ou seja, a cidade é o resultado de ações dos indivíduos “produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações” (SPOSITO, 2016, p.6).

Sabemos hoje que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas. Mesmo com a modernização no campo, temos encontrado o modo de vida urbano nestes lugares. Isso traz uma questão muito importante sobre a organização do espaço urbano, visto que com a enorme quantidade de pessoas concentradas em áreas urbanas, os problemas sociais e a luta pelo espaço tendem a se intensificar.

Segundo Lorenzetti e Lamounier (2017) o número de idosos vivendo em áreas urbanas também tem crescido nos últimos anos somando até 80%. Neste sentido, necessitamos investigar o fenômeno urbano, a distribuição dos equipamentos urbanos, a formação das cidades e sua conseqüente espacialização desigual e a segregação que ocorre em determinados espaços, para entendermos a situação em que se encontram os idosos brasileiros no que diz respeito ao acesso e a acessibilidade. Visto que, ser idoso em um bairro de maior poder aquisitivo, com bons recursos, equipamentos, acessibilidade e infraestrutura urbana, é diferente de ser idoso em um bairro de menor poder aquisitivo e com menos recursos. Portanto, a localização dos idosos na cidade faz diferença, levando também a diferentes estratégias de reprodução social.

Uma informação preliminar sobre a localização dos idosos em Campos consiste na identificação dos bairros com maior proporção de idosos. É possível notar pela tabela 2, que traz os dez bairros com maior percentual de idosos na cidade, que os bairros mais centrais e com melhores condições sociais, econômicas e de infraestrutura são os que apresentam maior participação de pessoas com mais de 65 anos de idade. Essa é uma relação que pretendemos investigar na pesquisa que está sendo desenvolvida, ou seja, as dimensões relacionadas às condições socioeconômicas e urbanas das famílias e dos lugares de residência com as estratégias de reprodução social. É preciso compreender porque as áreas mais elitizadas da cidade apresentam maior número de idosos. É possível que, ao mesmo tempo

que as condições colocadas influenciam na longevidade, a nova composição populacional também influencia a reorganização do espaço.

Tabela 2 - Os 10 bairros com maior percentual de idosos 65+ em Campos – 2010

Bairro	% idosos	Bairro	% idosos
Pelinca	16,1	Nossa Senhora do Rosário	14,0
Centro	15,5	Tamandaré	13,4
João Seixas	14,6	Fazendinha	13,4
Chácara João Ferreira	14,5	Santo Eduardo	13,2
Jardim Maria de Queiroz	14,0	Turf Club	13,2

Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE (2010).

Lorenzetti e Lamounier (2017) também argumentam que a cidade concentra a maioria das atividades sociais, culturais e políticas, sendo assim, deveria ser acessível. Propõem que uma cidade deve ser “amiga do idoso”, pois devido às incapacidades físicas advindas com a senilidade, é necessário que a cidade seja dotada de artifícios que propiciem a mobilidade, como bancos para o descanso, praças arborizadas, acessibilidade ao transporte público, terminais e calçadas acessíveis e os obstáculos devem ser retirados. Dessa forma, abarcariam a todos, e, principalmente as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. (ibid, p.59).

Segundo as autoras, compete ao município a organização do espaço da cidade de modo a garantir o desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem-estar de todos e a elaboração do Plano diretor. Porém o que vemos são Planos que nunca são cumpridos, calçadas estreitas, sem rampas, ruas esburacadas, postes no meio das calçadas, calçadas desniveladas entre outros obstáculos que atrapalham a mobilidade de todos. As autoras ainda colocam que as cidades deveriam ser planejadas para os pedestres, para que assim fossem evitados os acidentes, principalmente os acidentes envolvendo idosos e deficientes. As pessoas que caminham são mais numerosas e vulneráveis no trânsito, portanto deveriam ter prioridade nas políticas de planejamento urbano. (VASCONCELLOS, 2012, p.175).

Segundo Vasconcellos (2012, p.175) no Brasil houve a priorização de um determinado tipo de deslocamento para o segmento que possui automóvel particular iniciando um alto investimento na ampliação das vias com uso de dinheiro público. Dessa forma, um dos maiores desafios para o planejamento, segundo o autor, é redistribuir entre todos os grupos envolvidos essa área de circulação, transformando-a em um local acessível e de fácil

circulação, “priorizando os indivíduos que são mais numerosos e vulneráveis”, como os pedestres, ciclistas e passageiros de transporte público, fazendo com que haja uma “reapropriação do espaço” por estes atores. Produzir um espaço democrático de circulação não será tarefa fácil devido aos interesses econômicos e políticos em disputa, segundo ao autor.

De acordo com a organização espacial, a mobilidade dos sujeitos é aumentada ou diminuída na cidade, incluindo o acesso aos recursos e equipamentos urbanos, como bancos, praças, comércios etc. É necessário que haja uma integração nas ações dos municípios, voltadas a propiciar um “ambiente construído” agradável e que não limite o direito de ir e vir dos indivíduos, facilitando os deslocamentos. Segundo as autoras, há ainda uma preocupação nas leis, incluindo o Estatuto do idoso, com a gratuidade dos transportes públicos para este segmento, porém, sem a acessibilidade nas ruas, sem um espaço agradável para transitar, a lei se torna apenas mais um papel na gaveta. (LORENZETTI; LAMOUNIER, 2017, p.66).

O desenho urbano influi sobremaneira na percepção de segurança existente nas cidades, o que, comprovadamente, afeta em muito a vontade de as pessoas saírem à rua, influenciando, por outro lado, na sua independência, saúde física, integração social e bem-estar emocional. Há que pensar na proporção entre os espaços destinados ao veículo motorizado individual, ao corredor de ônibus e ao pedestre, assim como em fachadas que proporcionem diálogo entre o público e o privado, além de permitir a existência do uso misto, residencial e comercial, o que favorece a apropriação do espaço pelas pessoas, diminuindo a necessidade de deslocamentos e favorecendo a segurança. (LORENZETTI; LAMOUNIER, 2017, p.67).

Desse modo, este trabalho deve desenvolver-se no sentido de tratar os aspectos referentes às desigualdades sociais, econômicas e espaciais no Brasil e seus impactos sobre um dos segmentos muitas vezes vulneráveis da sociedade, os idosos, que também tem revelado uma trajetória de vida desigual a qual foram submetidos.

CONCLUSÕES

Há ainda muito o que problematizar no que se refere ao processo do envelhecimento no Brasil. As questões levantadas neste trabalho devem ser respondidas a medida que a pesquisa se aprofunda, quando outras perguntas ainda deverão ser exploradas. Ao aprofundarmos os estudos na área do envelhecimento, percebemos que ao longo dos séculos houve ganhos extraordinários em relação ao aumento da expectativa de vida e aos padrões

de vida da população, graças aos avanços médicos e tecnológicos que trouxeram mudanças culturais profundas nas cidades, visto que estas passaram a ser o local de moradia de uma grande parte da população.

O que se buscou com este trabalho foi trazer ao debate a questão do envelhecimento, o fato de ser idoso no espaço urbano, ainda mais em cidades do interior, e das dificuldades enfrentadas por este segmento e suas famílias frente às desigualdades perpetuadas em nossa sociedade, cada vez mais injusta e excludente. Sabemos que a família e a comunidade são a base da proteção social e formam uma importante rede de apoio em torno do idoso. Entretanto, também cabe ao Estado propiciar meios e condições para que esta proteção social se realize.

Desse modo, aos ganhos já conquistados ao longo do tempo deveria somar-se uma melhora na qualidade de vida da população idosa que habita as cidades, através da formulação de políticas públicas urbanas para este segmento, visto que a desigualdade a qual estes sujeitos estão submetidos se espacializa e afeta a localização dos mesmos na cidade, impactando também a longevidade.

O crescimento do segmento populacional de idosos é uma realidade que se faz presente hoje em todo o país, e também em Campos/RJ, principalmente na área urbana. Os dados exploratórios desse estudo indicam que há uma diferença considerável na distribuição dos idosos na cidade, sugerindo uma relação com aspectos sociais e econômicos dos lugares, que merece ser melhor investigada.

Ao analisarmos posteriormente as estratégias de reprodução social dessas famílias com idosos presentes, considerando ainda suas condições de (in)dependência física e/ou econômica, buscaremos contribuir com a criação de políticas públicas e instrumentos de planejamento do espaço urbano mais eficazes para lidar com estas questões, para que assim construa-se uma sociedade mais justa e igual para todos, afinal, esse é um dos objetivos do planejamento. Portanto, na sequência da pesquisa, pretende-se analisar a relação entre as condições socioeconômicas das famílias nos diferentes bairros com suas estratégias de reprodução social, a distribuição da população idosa na cidade e o acesso aos recursos disponíveis em cada bairro, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A Polêmica Malthus versus Condorcet à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Transição urbana e transições demográficas. **EcoDebate**, 07/07/2010. Disponível em: <http://arcadenoe.ning.com/profiles/blogs/transicao-urbana-e-transicoes>

- ALVES, Luciana Correia; LEITE, Iuri da Costa; MACHADO, Carla Jorge. Fatores associados à incapacidade funcional dos idosos no Brasil: análise multinível. **Rev. Saúde Pública** vol.44 n.3 São Paulo Jun. 2010 Epub May 07, 2010. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 28 mar. 2018.
- BARROS, Luiz Felipe Walter; ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Novos Arranjos Domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC). **Anais...** XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008. Disponível em <http://www.abep.org.br/>. Acesso em 14/07/2017.
- CALDAS, Célia Pereira. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 773-781, maio-jun, 2003.
- CAMARANO, Ana Amélia. KANSO, Solange. MELLO, Juliana Leitão e. Como vive o idoso brasileiro. In: CAMARANO, Ana Amélia et al. (org.). **Os novos idosos Brasileiros: Muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Parte I, Cap 1: pp. 1-105.
- CAMARGO, Mirela Castro Santos. RODRIGUES, Roberto Nascimento. MACHADO, Carla Jorge. Idoso, família e domicílio: uma revisão narrativa sobre a decisão de morar sozinho. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 217-230, jan./jun. 2011.
- DOS SANTOS, Flávia Heloísa; ANDRADE, Vivian Maria; AMODEO BUENO, Orlando Francisco. Envelhecimento: um processo multifatorial. **Psicologia em Estudo**, vol. 14, núm. 1, março, 2009, pp. 3-10 Universidade Estadual de Maringá, Brasil.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=330100&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mideet%E1ria> Acesso em: 28 mar. 2018.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Alínea Editora, SP, 6ª Ed., 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- LORENZETTI, Maria Sílvia Barro. LAMOUNIER, Ludimila Penna. Perspectivas quanto a mobilidade e ao espaço urbano em função do envelhecimento da população brasileira. In **Brasil 2050: Desafios de uma nação que envelhece**. Disponível em: <http://livraria.camara.leg.br/brasil-2050-desafios-de-uma-nac-o-que-envelhece.html> Acesso em 11 maio 2018
- LUCCHESI, Geraldo. Envelhecimento populacional: Perspectivas para o SUS. In: **Brasil 2050: Desafios de uma nação que envelhece**. Disponível em: <http://livraria.camara.leg.br/brasil-2050-desafios-de-uma-nac-o-que-envelhece.html> Acesso em 07 maio 2018

- MELO, Cláudia Virgínia de Brito; SOUZA, Alexandre Cândido. O mercado de trabalho brasileiro diante das perspectivas de envelhecimento da população. In: **Brasil 2050: Desafios de uma nação que envelhece**. Disponível em: <http://livraria.camara.leg.br/brasil-2050-desafios-de-uma-nac-o-que-envelhece.html> Acesso em 05 maio 2018
- OJIMA, Ricardo. Notas de Pesquisa - As cidades invisíveis: a favela como desafio para urbanização mundial. **Revista de Estudos Populacionais**, N° 24(2), 2007. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/>. Acesso em 02/04/2017.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A cidade capitalista e a Renda Fundiária Urbana. In: SANTOS, B. de S. **As bifurcações da ordem**. Revolução, Cidade, Campo e Indignação. São Paulo: Cortez Editora, 2016. pp. 213-270.
- SILVA, Harley; MONTE-MÓR, Roberto Luís. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. **Anais... XVII Encontro Nacional da ABEP**, Caxambu, 2010. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_3/abep2010_2530.pdf
- SILVA, Érica Tavares. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra capital, 2012.
- SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2001.
- VASCONCELLOS, E. A. **Mobilidade Urbana e Cidadania**. São Paulo: Editora: Senac, 2012. pp. 172-210.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. FÉLIX, Jorge. **Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho**. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cm/v18n36/2236-9996-cm-18-36-0441.pdf> Acesso em: 05 out 2018.
- VILLAÇA, Flávio. Centro Urbano. In: VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012. PP. 89-169.
- WORLD POPULATION PROSPECTS. **THE 2017 REVISION**. New York: United Nations, Department of Economics and Social Affairs, Population Division, 2017. Disponível em: https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/wpp2017_keyfindings.pdf